

UMA DISCUSSÃO SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS SOCIAIS DA VIDA HUMANA

Fábio Fraga dos SANTOS*
Jaqueline de Melo BARROS**

- RESUMO: O presente artigo propõe-se discutir os fundamentos ontológicos sociais da vida humana, tendo o trabalho como elemento constitutivo deste ser humano-genérico. Nesta perspectiva enfatizamos a relação da essência do trabalho enquanto categoria de análise geral e o trabalho do assistente social a partir da ética profissional. Assim, compreender a ética, composta por valores e com implicações concretas da vida social, torna-se um elemento indispensável ao exercício profissional.
- PALAVRAS CHAVE: ética. liberdade. ontologia do ser social. serviço social

INTRODUÇÃO

A discussão que ora se apresenta remete à atividade que constitui e caracteriza a existência humana, a qual é fonte de satisfação das necessidades do homem e possibilita um conjunto de interpretações distintas, ou seja, o trabalho. O trabalho, como iremos observar, é a possibilidade histórico-social do homem de modo geral, pois dele emergem as relações sociais mediante a transformação da natureza. Diante dessa condição, inerente a todos os seres humanos, centramos nossos esforços para compreender o papel do Serviço Social diante do conjunto de

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e Graduado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina – UEL. Atua como Professor Adjunto de Sociologia e Teoria Política para os cursos de Serviço Social da Faculdade de Mantena – FAMA. Localizada a Rua 7 de setembro 644, Centro. Mantena – MG. Cep. 35.290-000

** Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Assistente Social graduada pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professora do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Uberaba – UNIUBE, localizada na Av. Barão do Rio Branco, 770. Campus Rodoviária. São Benedito – MG. Cep. 38.020-300

relações sociais estabelecidas a partir dos fundamentos ontológicos da vida humana.

Dando ênfase ao papel do Serviço Social, cabe ressaltar que a profissionalização desta área está atrelada a um momento histórico específico emergindo no sistema capitalista, ou seja, existem inúmeras implicações que permeiam a ação e o trabalho do assistente social.

O presente artigo tem como objetivo compreender o trabalho e a construção da ética profissional como essenciais para a atividade do profissional do Serviço Social. Assim, pretendemos não esgotar, mas possibilitar a criação de um espaço que estimule a criticidade que envolve a temática. Neste sentido, o propósito deste texto consiste em fomentar a análise crítica sobre o processo de formação moral, ética e da consciência coletiva que permeia a atividade profissional do assistente social, para que este possa compreender a conjuntura de atuação do mesmo como resultado de uma transformação sócio-histórica e suas influências.

1. A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

De acordo com Marx, o homem foi o primeiro ser que alcançou uma relativa liberdade de movimentos diante da natureza, os quais se impõem através dos instintos e das forças naturais todos os comportamentos que os seres vivos devem ter para sobreviver. No entanto, o homem, por meio da atividade laboral, conseguiu dominar em parte, esse conjunto de forças da natureza, deixando-as a sua disposição e serviço (IANNI, 1982).

Partindo dessa premissa do pensamento marxiano, Georg Lukács, se debruça para demonstrar o trabalho como categoria ontológica do ser social ao afirmar:

O trabalho, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens. Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; desenvolve as

potencias nela oculta e subordina as forças da natureza ao seu próprio poder. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. (LUKÁCS, 1979, p. 16).

A razão pela qual o trabalho é considerada a categoria central de toda a atividade humana não se origina em deduções filosóficas, mas exclusivamente do processo histórico que envolve todas as relações humanas. Para Lukács (1979), é no processo de transformação da natureza que os homens produzem as necessidades básicas e possibilidades que inclinarão a serem predominantes. Assim, esse ato de modificar a natureza torna-se um modo peculiar da atividade humana, noutras palavras, somente os homens constroem no plano da consciência antes de realizarem qualquer atividade de fato, objetivamente. Nessa perspectiva que, com relação ao trabalho, o autor argumenta que esta categoria sempre remete para além de si mesmo. Não está preso a atividade imediata, justificando a origem de um processo de reprodução social que tende a ser muito mais extenso e rico que o próprio ato do trabalho em si.

O trabalho, sobre esta ótica, é o fruto da cooperação entre os homens e não obra de um indivíduo apenas. Os homens só trabalham de modo determinado, só se objetivam socialmente, diante das necessidades sócio-históricas que lhes são apresentadas. Com o resultado dessa ação do homem com a natureza, a partir de determinadas circunstâncias históricas, cria-se uma nova realidade humanizada. Com essa ação temos a práxis, cuja essência é o trabalho. Por meio do trabalho originam-se as relações sociais, os modos de vida social, as concepções de mundo, o conjunto de idéias, os valores, a moral, etc. Uma vez que produzem os objetos, os instrumentos de trabalho, os modos de vida, os homens produzem também novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza orgânica do homem, humanizando-as e criando novas necessidades (BARROCO, 2001).

Podemos concluir que na ação do trabalho, todos os seres humanos rompem e ultrapassam toda a barreira do ser exclusivamente natural. O homem adquire consciência, constitui-se socialmente e produz conhecimento, tornando-se parte de uma coletividade e de todo o processo de organização e regulamentação da sua convivência social.

Quando o homem atribui valor a um objeto supõe sua existência material concreta, assim podemos afirmar que seu valor corresponde a uma práxis que o transformou em algo novo que responde às suas necessidades. Por isso, o valor não é uma decorrência apenas da subjetividade humana; ele é produto da práxis. Assim, se coloca o caráter objetivo dos valores; eles sempre correspondem às necessidades e possibilidades sócio-históricas dos homens em sua práxis (BARROCO, 2001).

Na vida cotidiana, a relação entre o indivíduo e a sociedade se faz de modo espontâneo, pragmático, heterogêneo, acrítico; o nós é geralmente apreendido como aquele pelo qual o “eu” existe, ou seja, através de uma identificação imediata. O indivíduo responde as necessidades de sua reprodução sem apreender as mediações nelas presentes; por isso. É característica do modo de ser cotidiano o vínculo imediato entre pensamento e ação, a repetição automática de modos de comportamento. (BARROCO, 2001, p. 38)

Portanto, não é próprio do comportamento cotidiano o acesso à consciência humano-genérica. Apesar dessas características da vida, como espaço da vida voltada à singularidade, o cotidiano é um elemento inerente ao ser social, ou seja, realiza uma função primordial à vida em sociedade, pois é nesse espaço da conjuntura social que o ser humano assimila as formas mais elementares de responder as necessidades de auto-conservação (BARROCO, 2001, p. 40).

Ou como apontou NETTO e CARVALHO (1996, p. 66)

Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana. Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução da vida social, a vida cotidiana é ineliminável. [...] A vida cotidiana, posta assim em sua insuprimibilidade ontológica, não se mantém como numa relação seccionada com a história. O cotidiano não se descola do histórico – antes, é um de seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na produção de indivíduos enquanto tais.

Em síntese, tanto o trabalho, como condição ontológico-social da reprodução do ser social, quanto o cotidiano como

unidade viva inseparável de todo processo histórico de formação do homem, suscita todas as relações sociais em que se efetivam. Nessa perspectiva, a história é analisada tendo como premissa:

[...] o desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a este modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estágios, como base de toda a História, e bem assim na representação da sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência — a religião, a filosofia, a moral, etc. (MARX, 1999, p. 48).

Portanto, os mecanismos de regulação da convivência social (moral, conjunto de leis, normas, etc.) foram objetivados a partir da relação associativa assentada no trabalho para viabilizar a existência humana e foi construída, ao longo da história, com várias formas nos diferentes modos de sociedade.

Desse modo, todas as atividades que propiciam a conexão dos indivíduos com o ser humano na sua gênese, explicitam capacidades como a criatividade, a produção da consciência, o posicionamento singular diante de situações conflituosas, a superação ou fomento a preconceitos, participação política e cívica, entre outros. Tudo isso está vinculado a valores, como aponta Barroco (2001), e a maior parte elucidada a capacidade ética do ser social.

2. A CAPACIDADE ÉTICA DO SER SOCIAL

A moral, na perspectiva abordada anteriormente, faz parte do processo de socialização, responder às necessidades práticas de estabelecimento de normas específicas e deveres e tem como objetivos a convivência social e o processo de socialização (BARROCO, 2001).

Partindo dessa concepção, e divergindo de todas as outras que posicionam a moral como um mero conjunto de princípios abstratos, formais e sem relacionamento com a história, compreenderemos a moral como resultado do homem concreto, do ser historicamente construído e que, exercendo uma função social

(a moral), pode ser colocada como mecanismo a serviço de interesses dos detentores do poder.

A moral interfere nos papéis sociais, donde a sua caracterização como um modo de ser, um *ethos* que expressa à identidade cultural de uma sociedade, de uma classe, de um extrato social, num determinado momento histórico. Por sua perspectiva consciente, ou seja, pelo fato de o indivíduo aceitar intimamente os valores, passa a fazer parte do seu caráter; por sua função integradora, estabelecendo vínculos sociais, está presente em todas as atividades humanas (BARROCO, 2001, p. 43).

Ontologicamente, a moral tem um significado inerente à convivência social, e também pode incorporar certa “universalidade” dos valores, tornando um interesse particular em interesse geral, próprio daqueles que detêm o poder material. Exemplo dessa questão foi exposta por Karl Marx da seguinte forma:

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as idéias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual (MARX, 1999, p. 56).

De outra maneira, a moral dentro da sociedade de classes cumpre uma função ideológica específica, ela colabora no processo de integração social que viabiliza as necessidades privadas. Ela torna-se um instrumento de interesse das classes que dominam o sistema produtivo para atender as necessidades de reprodução das relações sociais que organizam um determinado modo de produção da vida material.

Sob esta perspectiva, ao analisarmos a moral procuramos entendê-la em relação à organização econômico-social, na sua condição com a produção dos modos e meios de vida social. Ou seja, as condições concretas produzidas pelos homens na construção de sua identidade, pois os determinados modos de

produção e apropriação de bens materiais é que correspondem às formas de consciência e os modos de vida.

Diante dessa situação de imposição das condições materiais na construção da vida social, poderíamos nos indagar sobre o processo de autonomia do ser, ou melhor, como ocorrem as “escolhas”, os desejos individuais. Barroco descreve que:

[...] as escolhas são direcionadas por determinantes ideológicos coercitivos, voltados à dominação; nem sempre são propiciadoras da liberdade. Por isso a autonomia do indivíduo e sua consciência, em face da moral socialmente dada, são sempre relativas a circunstâncias sociais e históricas (BARROCO, 2001, p. 45).

E ainda:

Entendemos por autonomia o que sucede quando, na eleição entre alternativas, o ato de eleger, seu conteúdo, sua resolução, etc., estão marcados pela individualidade da pessoa. Evidentemente, no plano ontológico, tem o primado à alternativa; sem alternativas, não há autonomia, enquanto que sem autonomia sempre pode haver alternativas (HELLER *apud* BARROCO, 2001, p. 46)

Todos esses processos de escolha e de autonomia recaem na vida cotidiana, nas ações reais e corriqueiras, assimilando comportamentos que vão delimitando a vida e as consciências individuais e que podem promover uma alienação oriunda desse curso de construção da moral. Partindo da premissa que a moral se faz presente como elemento mediador das várias dimensões da vida social, ela pode se tornar uma ação preconceituosa. Isto ocorre quando as ações são ordenadas a partir da moral.

Como a moral está presente em todas as atividades humanas, sempre existe a possibilidade de conflitos quando situações determinadas exigem escolhas cujos valores se esbarram com a moralidade dos indivíduos envolvidos, como no caso de situações que envolvem a moral e política. Sendo assim, a *práxis* política é uma das atividades que possibilitam responder coletivamente aos conflitos sociais. É uma atividade que supõe a interação entre os homens e objetiva uma transformação social, a

partir de uma destruição ou manutenção de uma ordem pré-estabelecida (LUKÁCS, 1978).

Quando analisadas criticamente, podem promover mais ou menos possibilidades de questionamento das normas, da consciência do seu significado. Os conflitos entre as normas abstratas e concretas, mostram-se como parte do processo de desenvolvimento da moral que coincide com o surgimento da alienação, mas também da criação de possibilidades de desenvolvimento de novos valores (BARROCO, 2001).

Colocado dessa maneira, a moral refere-se, de modo geral, aos valores, aos padrões e às normas que organizam a conduta humana em sociedade. Assim, podemos salientar que, essa concepção aponta, em uma dada sociedade, a possibilidade de coexistência de diferentes tipos de moral, tal como se verifica, por exemplo, nas sociedades de classes.

Com isso, o processo de construção da moral e de suas implicações, neste caráter ontológico-social, possibilita-nos refletir sobre a construção da ética como um ato que não tem por meta responder ao imediatismo da vida cotidiana, mas sim, sistematizar a sua crítica.

As investigações, os debates e todas as reflexões no campo da moral suscitam os questionamentos sobre o campo da ética. Partimos dessa análise para definir a ética como o resultado da passagem da posição que meramente restringe-se às experiências vividas na esfera moral para uma postura reflexiva diante das mesmas, ou, se melhor considerarmos, uma relação entre a moral efetiva, vivida e as noções e elaborações teórico-filosóficas daí originárias.

Esse campo do conhecimento, assim como qualquer outro tipo de produção humana e social, origina e sustenta idéias e concepções que apontam determinados direcionamentos sociais, podendo condicionar suas opções pela estrutura econômica e seus reflexos na vida social, apontando mudanças no seu percurso histórico. Assim, a ética é considerada como teoria, como investigação ou uma maneira de explicar algum tipo de experiência social ou forma de comportamento humano (OLIVEIRA, 1998).

A ética realiza sua natureza de atividade propiciadora de uma relação consciente com o humano-genérico quando consegue apreender criticamente os

fundamentos dos conflitos morais e desvelar o sentido e determinações de suas formas alienadas; quando apreende a relação entre singularidade e universalidade dos atos ético-morais; quando responde aos conflitos sociais resgatando os valores genéricos; quando amplia a capacidade de escolha consciente; sobretudo, quando indaga radicalmente sobre as possibilidades de realização da liberdade, seu principal fundamento (BARROCO, 2001: 56).

Enfocaremos então, que a ética, apesar de ter a moral como objeto de estudo, não funda a moral, mas volta-se para esse fenômeno sócio-histórico, refletindo sobre ele, investigando os seus nexos condicionantes e determinantes, na busca pelo conhecimento. Nesse sentido, podendo até formular conceitos, interferir, exercer influência nesse campo, partindo dos seus questionamentos e das suas considerações teórico-filosóficas.

A ética, de acordo com Barroco (2001), quando não exerce a função crítica, pode colaborar para a reprodução de elementos alienantes, podendo favorecer os conjuntos de idéias dominantes de determinado momento histórico. Pode fortalecer determinados dogmas e fundamentar algum tipo de conservadorismo ou até mesmo contribuir para que os homens não se reconheçam como sujeitos éticos.

Assim, a partir de uma reflexão crítica, a ética cria juízo de valor sobre determinadas realidades e diante do seu caráter teórico-metodológico. Não deixa que a fundamentação da realidade se paute em valores, pois busca apreender na realidade concreta, todas as tendências e possibilidades para o estabelecimento dos valores que podem servir de orientação ética (OLIVEIRA, 1995).

Portanto, se a reflexão ética perder seus compromissos com valores, ela deixa de ter sentido, se não apreender a fundação desses valores na realidade, não cumpre seu papel teórico; se abrir mão da crítica, deixa de se constituir numa reflexão ética para se tornar uma doutrina. Por essas peculiaridades, tal ética é de caráter revolucionário, ou seja, é crítica a moral do seu tempo e possibilidade de projeção ideal de uma sociedade em que os homens possam se realizar livremente, sempre com base nas possibilidades reais e em face

do desenvolvimento genérico já realizado. Por isso, a ética é, também, uma referência para a práxis político-revolucionária, seja como instrumento teórico-crítico, seja como orientação de valor que aponta para o devir (BARROCO, 2001, p. 57).

Diante dessas questões, torna-se necessário interpretar a conjuntura histórica das sociedades, os aspectos que determinaram a sua origem, as concepções que as sustentam, o percurso histórico próprio de cada um em seu papel, os fundamentos teórico-práticos, ideológicos, políticos e a sua funcionalidade. Assim, a atuação dos indivíduos, principalmente a partir do aspecto profissional, deve refletir e criticar sobre os seus modos e meios de responder às necessidades sociais, compreender como se realiza a seleção e legitimação de seus objetivos e propósitos.

3. ÉTICA, LIBERDADE E O SERVIÇO SOCIAL

De acordo com as nossas abordagens, a gênese da ação ética só poderia ser concebida através da liberdade, esta compreendida como a capacidade humana inseparável da categoria trabalho, compreendido como *práxis*. No entanto, a liberdade envolve algumas críticas que devemos compreender, uma dessas críticas é análise marxista sobre liberdade.

Na perspectiva da teoria social de Marx, a liberdade deve ser pensada como uma atividade crítica e não como na concepção liberal que tem a liberdade como o direito inalienável à propriedade privada. Assim a única conexão que mantém a coesão entre os indivíduos seria a necessidade natural, os interesses particulares, a manutenção e conservação de suas propriedades e de suas individualidades egoístas (GUEDES, 2007).

Lukács (1978) explica que o homem ao se construir como ser social, historicamente, figura-se como intrínseco à categoria da liberdade e que esta tem sua gênese no trabalho. A liberdade se dá no momento em que a consciência humana decide entre possibilidades diversas e as finalidades desejadas e de que modo quer transformar suas escolhas. A liberdade, conseqüentemente, é sempre social e está sempre relacionada às formas concretas,

historicamente determinadas que assume uma generalidade humana a cada momento.

O concreto da liberdade se dá para pelo fato dela ser, em última instância, um ato constante de querer transformar a realidade. Há, portanto, um campo de possibilidades de escolhas concretas. Assim, liberdade:

[...] é muito mais que mera liberdade individual na qual os indivíduo e sociedade são contrapostos como pólos antinômicos, envolvidos numa inseparável contraditoriedade e que requerem regulamentações de tipo jurídico-políticas. Não se limita ao mísero campo da afirmação individual enquanto momento de ruptura, desligamento da individualidade do coletivo, de modo a permitir completo predomínio/manifestações das pulsões subjetivistas/existenciais de cada indivíduo considerado mínimo. (LESSA,1997, p. 33)

Em conformidade com esta análise, a liberdade só se opera no mundo dos homens, pois se trata de uma categoria eminentemente social. Na medida em que o homem, ao constituir-se como ser social toma consciência de duas possibilidades ou mais de escolhas, mediante uma finalidade, torna-se apto a escolher.

A liberdade está vinculada, portanto, às escolhas conscientes que surgem da dinâmica da realidade social e que, na perspectiva de Marx, tal realidade está no próprio ser dos homens e se estabelece como o processo de sua vida real. Sendo assim, “a consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente” e, desde a sua origem, se desenvolve a partir da matéria e da relação entre os homens. Em síntese, “um produto tardio do desenvolvimento do ser material” (LUKÁCS, 1978, p.12). Posto dessa forma, não significa que a liberdade não tenha valor ontológico, mas ao contrário, tem força para reestruturar uma realidade.

[...] quando se diz que a consciência reflete a realidade e sobre este base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não – como se supõe a partir das supracitadas versões irrealistas - que ela é carente de força (LUKÁCS, 1997:12).

Compreender a liberdade no campo das escolhas conscientes nos remete à historicidade. De acordo com Heller (1989) diversos contextos históricos, temporais e espaciais influenciam nas finalidades e intenções humanas que são heterogêneas e singulares em cada indivíduo social. Com este olhar, a autora teoriza que a liberdade é algo inerente à essência do ser social. Aponta que para a concretização de cada projeto, intenção ou finalidade torna-se necessário que o homem faça escolhas e estas devem ser realizadas de forma consciente na sua relação com a humanidade, em outras palavras, uma consciência humano-genérica de sociabilidade.

Nessa perspectiva, requerer liberdade, não implica requerer algo externo ao homem, implica essencialmente na ampliação das alternativas de escolhas, estas sim externas ao homem, embora por ele criadas. Significa ampliar, criar ou recriar as possibilidades de mediação entre a finalidade e os elementos de causalidade. De acordo com Heller (1989), a liberdade não é algo que se busca num projeto ideal, mas é algo que está na própria essência do ser social. Ou seja, para a concretização de cada projeto, intenção ou finalidade, o homem precisa fazer escolhas. Assim as alternativas se apresentam aos homens de forma material e concreta e em conformidade ou não com as finalidades e intenções "humano-genéricas" em percurso. As alternativas são realizadas de forma consciente e mediante a projeção a uma sociabilidade que se estabeleça com parâmetro para o seu viver concreto, na sua relação com a própria humanidade (HELLER, 1989).

De forma esquemática, a liberdade é concebida historicamente como a possibilidade de escolha entre alternativas concretas, neste sentido, envolvida com um compromisso com a autonomia, com a emancipação e com a plena expansão dos indivíduos sociais. A ética é uma capacidade humana pautada na liberdade de escolha, no entanto a autonomia implica na racionalidade crítica. A ética tem um caráter universal, pois sua essência é exatamente a de estabelecer a conexão entre o singular e o geral nos seres humanos.

De acordo com Karl Marx, a liberdade pauta-se na participação dos indivíduos sociais na imensa rede humana construída historicamente. Ou seja, "a humanidade será livre quando todo homem particular possa participar conscientemente na realização da essência do gênero humano e realizar os valores

genéricos em sua própria vida, em todos os seus aspectos” (MARX apud HELLER, 1989, p. 217)

Compreendemos que o desenvolvimento da história, no que tange a emancipação humana, encontra-se nas relações entre as especificidades que compõem as inúmeras culturas e modos de ser e a universalidade de suas conquistas na constituição de liberdades. Sendo assim, a ética, pelo seu caráter universal e valorativo pode produzir uma medida para o julgamento de valor frente às alternativas que se referem à diversidade.

Essa concepção de liberdade pode ser observada no Código de Ética de 1993, e que almeja ser uma das mediações para a consolidação do projeto ético-político na área do Serviço Social, está vinculada à crítica da sociedade burguesa, porque esta, para perpetuar-se como sociedade de classes, suprime a possibilidade da consciência emancipadora e, portanto, da liberdade efetiva. Nesse sentido, a liberdade a que se refere o mencionado princípio não está associada à simples autonomia de escolha entre alternativas postas pelo movimento da realidade de exclusão social na qual se encontram os que, em sua grande maioria, são usuários dos serviços sociais. A liberdade colocada neste princípio não é, portanto, a reposição do princípio de determinação própria que orientava a atividade profissional no Serviço Social Tradicional, em que caberia ao “cliente” decidir se acolheria ou não o encaminhamento ou o processo de “tratamento” proposto pelo assistente social (GUEDES, 2007).

Nesse bojo de debates, cabe ressaltar os apontamentos de Netto (2001) que considera que o sistema capitalista de produção estabelece a sociedade de classes antagônicas; sendo assim, os projetos societários que nascem em seu cerne são também projetos de classe, conseqüentemente. Segundo o autor, apoiando-se na perspectiva marxista, um projeto que representa a classe burguesa instala-se como hegemônico, mas isto não significa a impossibilidade de projetos contrários aos interesses dessa classe. No que se refere aos projetos profissionais, o autor conclui que estes acompanham as transformações sociais e da categoria profissional, portanto, estão sempre em movimento. São projetos que

[...] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções,

formulam os requisitos (teóricos institucionais, e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizes de sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 2001, p. 14).

Sendo assim, a direção ética apresentada pelo Serviço Social, está estruturada, sobretudo, num projeto político em que a consciência do *humano-genérico* se sobreponha à liberdade individual que orienta valores e escolhas alienadas na sociedade burguesa, ressalta (GUEDES, 2007). É diante deste quadro, que a categoria profissional dos assistentes, na conjuntura atual, se propõe a orientar as ações profissionais sob o princípio da liberdade como valor ético central. Isto impõe necessariamente o desenvolvimento crítico com relação aos valores burgueses que restringem a explicitação da consciência na sua essência humano-genérica.

Assim, o Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993 pressupõe: a liberdade como valor ético central, defesa intransigente dos direitos humanos, aprofundamento e consolidação da cidadania, equidade e justiça social, eliminação de formas de preconceito e a garantia do pluralismo, compromisso com a qualidade dos serviços prestados: o que remete à luta no campo democrático popular; pela construção de uma nova ordem societária, que possa superar a ordem social, econômica e política que está hegemonicamente constituída na atualidade, que é a sociedade capitalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão aqui trazida reforça-nos a idéia da ética enquanto capacidade livre do ser humano. Nesse sentido, apoiamos em Lukács ao analisar de forma minuciosa a concepção de homem e o processo de construção do ser social, na história e pela história, o qual aponta como eixo central da gênese da liberdade no trabalho, da seguinte maneira:

[...] devemos naturalmente partir do caráter de alternativa da posição do fim que nele [no trabalho] surge. É nesta alternativa, de fato, que se apresenta pela primeira vez em uma figura claramente

delineada, completamente estranha à natureza, o fenômeno da liberdade: no momento no qual a consciência decide em termos alternativos qual fim ela quer pôr e de que modo quer transformar em séries causais postas as séries causais necessárias, enquanto meios à realização, surge um complexo real dinâmico que não tem nenhuma analogia na natureza. /.../ O fenômeno da liberdade pode ser investigado na sua gênese ontológica apenas aqui. Numa primeira aproximação, a liberdade é aquele ato de consciência pelo qual surge como seu resultado um novo ser posto por ele (LUKÁCS apud LESSA, 1997, p. 157).

Nessa perspectiva, o campo resolutivo no qual se situa a categoria liberdade fica claramente delimitado, pois sua gênese ontológica tem a ver com a relação *teleologia/casualidade* que funda o ser social. Seu campo de desenvolvimento específico diz respeito ao momento da alternativa no interior dos processos de objetivação (LESSA, 1997: 158). Em conformidade com esta análise, a liberdade só se opera no mundo dos homens, pois se trata de uma categoria eminentemente social. Na medida em que o homem, ao constituir-se como ser social toma consciência de suas possibilidades de escolhas, mediante um objetivo, torna-se capaz de escolher. Assim, a materialidade e a concretude do campo de possibilidades de escolhas.

Ao descobrir algo novo, no movimento de transformação do real, desencadeia uma nova necessidade e, conseqüentemente, a necessidade de satisfazê-la. Existe, nesse sentido, uma relação entre necessidade e liberdade, pois gradativamente, pelo ato de criar ou recriar necessidades e a capacidade de transformar a natureza em produtos objetivados, o homem toma também consciência da sua capacidade criadora e transformadora (LESSA, 1997).

[...] a liberdade se relaciona e se afirma - portanto, tem sua essência - no desenvolvimento humano-genérico. Implica na plena afirmação do indivíduo, em todas as suas facetas, através da explicitação categorial do gênero humano. Por outro lado, se a liberdade é sempre concreta, ela é sempre determinada. Liberdade e determinabilidade não são auto-excluentes em Lukács. Assim como o caráter de alternativa dos atos humanos apenas pode se

afirmar no interior de uma malha causal, não menos verdadeiro é que a liberdade apenas existe em intrínseca relação com a esfera da necessidade. Quanto maior o conhecimento da situação concreta, dos seus nexos e articulações, quanto maior a possibilidade de previsão das conseqüências que virão - quanto maior a consciência acerca do mundo em que se vive - maior o espaço de liberdade possível (LESSA, 1997, p. 159).

Nestes termos, requerer liberdade, não significa requerer algo externo ao homem, mas sim, fundamentalmente ampliar alternativas de escolhas (ou as possibilidades de acesso à já existentes), estas sim externas ao homem, embora por ele criadas. Portanto, significa ampliar ou recriar as possibilidades de mediação entre conhecimentos objetivos e suas e causalidades.

No entanto, as finalidades e intenções dos homens não são homogêneas, elas se (re) constroem nos indivíduos sociais singulares, a partir de determinações do contexto temporal e espacial em que se encontram historicamente. As determinações Universais, embora predominem sobre as singulares, são resultantes da disputa entre projetos particulares engendrados em espaços de singularidade. Se estas disputas são determinadas por projetos heterogêneos, a adesão a este ou aquele pressupõe escolhas. O ato de pôr projetos em disputa, de aderência ou não a projetos em andamento, pelo fato de pressupor escolhas, presumi atos políticos e conscientes, dar-se a entender como um ato do exercício pleno da liberdade (HELLER, 1989).

Os seres sociais impulsionados por necessidades e mediante capacidade de pensar um fim determinado (teleologia), de forma consciente, na sociedade moderna e capitalista, são tomados por uma falsa concepção de liberdade como autonomia. Ou seja, são levados a negarem-se como seres criadores, reprodutores da história na sua forma humano-genérica natural e social.

Na sociedade capitalista, os valores éticos, estéticos, tendem a se expressar como valores de posse, de consumo, reproduzindo sentimentos, comportamentos e representações individualistas, negadoras da alteridade e da sociabilidade livre.(...)
Por exemplo, o amor pode ser vivido como coisa, isto é, como algo que tem valor de troca, de consumo, de posse. A liberdade, que existe em função da

capacidade deliberadora e sociabilizadora do homem, pode se transformar, objetivamente, em seu oposto; pode ser vivenciada como algo que impede a sociabilidade e a autonomia. É o que ocorre quando os indivíduos vivem exclusivamente voltados ao 'eu', tratando o outro como um limite à sua liberdade. (...) dada a contraditoriedade da história, a alienação coexiste com a práxis emancipadora, evidenciando o movimento de afirmação e negação das possibilidades e potencialidades humanas; de criação e perda relativa de valores; de reprodução da singularidade alienada e da genericidade emancipadora (BARROCO, 2001, p. 36).

Sendo assim, o ser social se nega à possibilidade de escolhas mediante projeção a uma finalidade, como se o genérico lhe fosse alheio. Compreende o ato da escolha como sendo decorrente de individualidade egoísta, sem perceber-se como um ser particular que, por sua singularidade se conecta, se relaciona e, portanto é determinado e determinante do exercício da liberdade (BARROCO, 2001).

Ainda que mediante campos de possibilidades reduzidos, o homem é um ser social que faz escolhas de acordo com suas finalidades, portanto, é livre. Escolher não significa necessariamente escolher o que realmente se quer, pode ser uma escolha entre o que se quer menos ou ainda ao que não deseja. Mas ainda assim não deixa de ser uma escolha. Ainda que a escolha seja de manutenção de um projeto de sociabilidade, seu posicionamento é uma escolha. Pressupõe uma concepção de ser no mundo, portanto, uma direção social desejada, mesmo que seja de manutenção da direção social já alcançada. *A escolha dos homens se dimensiona a partir de situações concretas que eles vivem*, determinadas pela forma de sociabilidade em que se inserem nas diversas esferas de sua composição.

As escolhas entre alternativas, juízos, atos têm um conteúdo axiológico objetivo. Mas os homens jamais escolhem valores, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre idéias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas. Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados a sua imagem do mundo. E reciprocamente: sua

atitude valorativa se fortalece no decorrer dos concretos atos de escolha. A heterogeneidade da realidade pode dificultar extraordinariamente, em alguns casos, a decisão acerca de qual é a escolha que, entre as alternativas dadas, dispõe de maior conteúdo valioso; e essa decisão – na medida em que é necessária – nem sempre se pode tomar independentemente da concreta pessoa que a pratica (HELLER, 1989, p. 14).

O cotidiano é o espaço real das escolhas, é também nele que as repetições e rupturas se interagem. O cotidiano é o momento presente da constante transformação dos movimentos da realidade. Nesta perspectiva é que se pretende valorizar o cotidiano como categoria da própria condição da existência humana, como já foi discutido anteriormente. De acordo com Heller (1989), as lutas históricas, conseqüência de momentos de resistência concretos, são atos políticos concretos de indivíduos sociais que não aderiram ao projeto de dominação em curso. Por tal fato, mobilizam movimentos sociais, portanto de consciência coletiva, propondo algo que, senão novo, possibilita inovar ao menos segmentos ou esferas de coletividade e de mudanças concretas.

O exercício da liberdade consiste exatamente em superar obstáculos e é necessário, além disso, despojar os fins externos de seu caráter de pura necessidade natural para estabelecê-los como fins que o indivíduo fixa a si mesmo, de maneira que se torne a realização e a objetivação do sujeito, ou seja, liberdade real, cuja atividade é precisamente o trabalho (MARX apud BARROCO, 2001, p. 62)

Assim, o fundamento da ética é a liberdade, compreendida como capacidade humana e carregada de valor e significa a interação e participação dos indivíduos sociais na diversidade *humano-genérico* construída historicamente: “a humanidade será livre quando todo o homem particular possa participar conscientemente na realização da essência do gênero humano e realizar valores genéricos em sua própria vida, em todos os seus aspectos” (MARX apud HELLER, 1989: 217).

SANTOS, F. F.; BARROS, J. M. A discussion about the social worker's professional ethics and his/her relationship with the social ontological foundations of human life *Revista Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 2, p. 259-278, 2009

- *ABSTRACT: The present article intends to discuss the social ontological foundations of human life, having the work as this generic-human being's constituent element. In this perspective we emphasized the relationship of the essence of work as a category of general analysis and the social worker's work through professional ethics. This way, understanding ethics, composed by values and with concrete implications of social life, he/she becomes an essential element to the professional exercise.*
- *KEYWORDS: ethics. freedom. the social being's ontology. social service.*

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

GUEDES, Olegna de Souza. Uma análise da relação entre liberdade e princípio da igualdade no código de ética profissional do assistente social. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2007

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IAMAMOTO, Marilda V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O serviço social em tempos de globalização. *Revista Inscrita*, CFESS, n. 3, 1998.

_____. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2000.

- IANNI, Octavio. *Dialética e capitalismo* – ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LESSA, Sergio. *Para compreender a Ontologia de Lukács*. 3.ed. Editora Unijuí, 2007.
- _____. *Trabalho e Ser Social*. Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Max. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARX, Karl. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____.; CARVALHO M. C Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In HENRIQUEZ, A (Org.). *Serviço Social, Ética, Deontologia e projetos profissionais*. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2001.
- OLIVEIRA, Manfredo. Os desafios éticos e políticos da sociedade brasileira. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 56. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Ética e práxis histórica*. São Paulo: Ática, 1995.

Artigo recebido em 08/2009. Aprovado em 10/2009